



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE AGOSTO DE 1984

ANO X

PROPOSIÇÃO N.º 165/84

EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Art. 1.º - O item II, do art. 22, da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - Fixar o subsídio e a ajuda de custo dos Deputados atendidas as disposições da Constituição Estadual."

Art. 2.º - O art. 147, da Constituição Estadual, fica acrescido de dois (02) parágrafos com a seguinte redação:

"§ 1.º - O Governador do Estado, enquanto titular do cargo, perceberá subsídio igual ao vencimento fixo de desembargador e verba de representação de 1/8 (um traço oito) daquele vencimento."

"§ 2.º - O subsídio e a verba de representação do Vice-Governador do Estado ficam fixados em 2/3 (dois terços) dos valores pagos, sob esses mesmos títulos, ao Governador do Estado."

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Nestor Baptista, Roberto Requião, Antônio Belinatti, Homero Oguido, Sérgio Spada, Hermas Brandão, Márcio Almeida, Erondy Silvério, Nelson Vasconcelos, Edgard Pimentel, Ivan Gubert, Fuad Nacli, Rubens Bueno, Odeni Mongruel, Caíto Quintana, Ervin Bonkoski, Nelson Buffara, Tadeu Lúcio Machado, Edmar Luiz Costa, Adhail Sprenger Passos, Basílio Zanusso, Péricles Pacheco, Artagão Mattos Leão,

Quiêlse Crisóstomo, Luiz Alberto Oliveira, Mário Pereira, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Osvaldo Alencar Furtado.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de Emenda à Constituição do Estado reveste-se de alto significado, eis que virá reparar uma grande e indiscutível injustiça que atualmente se verifica na remuneração do Chefe do Poder Executivo.

Todos sabem que o Governador do Estado, pelos vigentes critérios de fixação de remuneração, percebe, entre subsídios e verba de representação, somados, valores bem inferiores aos pagos aos senhores Secretários de Estado, bem como a várias categorias de funcionários estaduais. Há, não resta qualquer sombra de dúvida, uma evidente quebra de hierarquia e grande injustiça para quem ocupa o cargo de maior relevância na administração dos negócios do Estado. Este fato ressalta aos olhos com tal intensidade que dispensa mais alongada argumentação.

Não obstante, vale lembrar, apenas, que ex-governadores percebem, com base em preceitos constitucionais, remuneração mensal vitalícia, cujo valor é maior que o atribuído aos titulares do cargo.

Quanto aos valores do subsídio e verba de representação pagos ao Vice-Governador do Estado, esta proposta de Emenda visa tão somente, manter a proporção, já adotada de dois terços (2/3) do que percebe o Governador do Estado.